



■ TELECOMUNICAÇÕES

Desnacionalização do satélite da Telebrás

Governo quer privatizar até 80% da capacidade do equipamento

3



■ DIREITOS

Representação ameaçada no Confea

Geólogos lutam para reverter decisão recém-aprovada

12



JORNAL DO

ANO LIII - Nº 579 - RIO DE JANEIRO - JUNHO DE 2017

Clube de Engenharia

Resistência ao desmonte do Estado e da economia

Marcello Casal Jr./ Agência Brasil/ Fotos Públicas



Todos os olhares se voltam para Brasília enquanto o país clama por um projeto de Nação.

■ O PAÍS

Em defesa da democracia, da soberania e do desenvolvimento, o Clube de Engenharia tem assumido publicamente o compromisso de resistir, ao lado de entidades empresariais, instituições da área de engenharia e demais segmentos da sociedade, às ameaças que pairam sobre a nação brasileira. Uma agenda que inclui debates no Congresso Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Teatro Casa Grande, na Academia Nacional de Engenharia, na Escola de Guerra Naval, na Escola Superior de Guerra, entre outras, tem marcado as semanas do presidente Pedro Celestino, da diretoria e ex-presidentes. O mais importante: cresce o contingente de instituições que levanta a voz em defesa da democracia, dos direitos sociais e trabalhistas, e da soberania, quando completa um ano de exercício do atual governo. No cenário nacional, além da instabilidade econômica, o destaque é o desmonte de políticas e instrumentos vigentes há mais de sete décadas, essenciais ao desenvolvimento soberano, sustentável e socialmente inclusivo. Nesta edição, o que pensam, dizem e propõem lideranças e instituições

páginas 6 e 7

■ ENERGIA

Eletrobras em processo de desconstrução

Governo acelera os planos de privatizações e dá início ao desmonte da maior empresa estatal do setor elétrico

página 4

■ ELEIÇÕES

Clube se prepara para as eleições 2017

Entre os dias 23 e 25 de agosto, associados vão eleger seus representantes para a renovação do terço do Conselho Diretor, triênio 2017-2020

página 8



EDITORIAL

Aglutinar forças para sair da crise

São compromissos do Clube de Engenharia, desde a sua fundação, a defesa da democracia, da engenharia e da soberania. São essas as pedras angulares de nossas atividades.

Neste contexto, e no cenário atual, manter a democracia é decisivo e central. Não menos importante é a preservação dos direitos e conquistas sociais das últimas sete décadas. E, mais do que nunca, é essencial sustar o desmonte do Estado e a alienação em curso da nossa soberania, da qual são símbolos a Petrobras e o BNDES, sem o que deixará de ter sentido falar de Brasil.

Nas circunstâncias que vivemos hoje, com uma grave crise instalada no âmago do poder é, em primeiro lugar, imperioso articular interesses que possibilitem barrar no Congresso as reformas trabalhista e da previdência, de forma que sejam discutidas democraticamente.

Urge, ainda, enfrentar o debate da reforma política, para aprovar mudanças que possibilitem mais legitimidade na aferição da vontade popular. Muitas são as questões da reforma política, tais como financiamento público de campanhas, cláusula de barreira, restrição aos marqueteiros e sistema eleitoral, que precedem qualquer tipo de eleição. Por essa razão seu debate não pode ser postergado.

Finalmente, nos cabe reunir forças para impedir a continuidade do desmonte do Estado.

São questões que, do ponto de vista político, devem orientar nossas atividades, sem prejuízo das demais lutas históricas que continuamos a travar. O essencial agora é desinterditar o debate. Temos de construir uma nova maioria, uma nova hegemonia. São propostas dessa natureza que possibilitam ampliar nossa área de influência.

Resistir é preciso, assim como avançar, com responsabilidade, coragem e a consciência de que é muito mais difícil, mas muito mais importante, falar para os que não são iguais a nós, do que falar para os que pensam como nós.

Só assim, com milhões, consolidaremos a Nação que vislumbramos, com desenvolvimento democrático, soberano, sustentável e socialmente inclusivo.

A Diretoria

*Resistir é preciso,
assim como avançar,
com responsabilidade,
coragem e a consciência
de que é muito mais
difícil, mas muito mais
importante, falar para
os que não são iguais a
nós, do que falar para os
que pensam como nós.*

EXPEDIENTE

PRESIDENTE

Pedro Celestino da Silva Pereira Filho

1º VICE-PRESIDENTE

Sebastião José Martins Soares

2º VICE-PRESIDENTE

Márcio João de Andrade Fortes

DIRETORA DE ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Maria Glícia da Nóbrega Coutinho

DIRETORES DE ATIVIDADES TÉCNICAS

Artur Obino Neto

Carlos Antonio Rodrigues Ferreira

João Fernando Guimarães Tourinho

Márcio Patusco Lana Lobo

DIRETOR DE ATIVIDADES SOCIAIS

Bernardo Griner

DIRETOR DE ATIVIDADES CULTURAIS

Cesar Drucker

DIRETORES DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

Leon Zonenschain

Luiz Oswaldo Norris Aranha

DIRETORIA DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Carmen Lúcia Petraglia

João Fernando Guimarães Tourinho

CONSELHO FISCAL

Ayrton Alvarenga Xerez

Denise Baptista Alves

Eliane H. Camardella Schiavo

Marco Aurélio Lemos Latgé

Mauro Orofino Campos

CONSELHO EDITORIAL

Alcides Lyra Lopes

Ana Lúcia Moraes e Souza Miranda

Carlos Antonio Rodrigues Ferreira

Fátima Sobral Fernandes

José Carlos de Lacerda Freire

José Stelberto Porto Soares

Luiz Alfredo Salomão

Maria Helena Diniz do Rego Monteiro Gonçalves

Mariano de Oliveira Moreira

Newton Tadachi Takashina

Sérgio Medina Quintella

REDAÇÃO

Editora e jornalista responsável

Tania Coelho - Reg. Prof. 16.903

Textos: Rodrigo Mariano - Reg. Prof. 32.394/RJ,

Carolina Vaz - Reg. Prof. 0037449/RJ e

Guilherme Alves

Editoração: Ricardo Bogéa

Produção: Espalhafato Comunicação

Fotos: Fernando Alvim/Arquivo Clube de Engenharia

Colaboração: Marcia Ony

Impressão: Folha Dirigida



Clube de Engenharia

Fundado em 24 de dezembro de 1880

SEDE SOCIAL

Edifício Edison Passos

Av. Rio Branco, 124 CEP 20148-900

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2178-9200

Fax: (21) 2178-9237

comunicacao@clubedeengenharia.org.br

www.clubedeengenharia.org.br

UNIDADE ZONA OESTE

Estrada da Ilha, 241

Ilha de Guaratiba

Telefax: 2410-7099

■ TELECOMUNICAÇÕES

Sociedade perde com a mudança de rumo nas telecomunicações

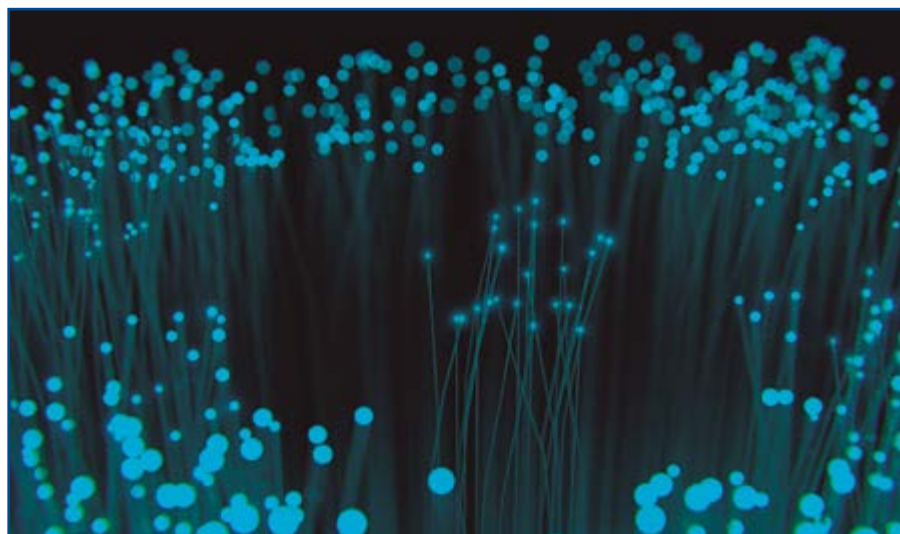
Histórico de privatizações e políticas ineficientes para o setor geram números preocupantes na oferta dos serviços

Ações recentes do governo federal tornam indispensável o debate acerca da soberania nacional. O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), lançado no dia 4 de maio último, é um dos alvos da vez. Orçado em R\$2,7 bilhões, deveria levar a Internet de banda larga, através da estatal Telebras, para escolas, hospitais, postos de fronteira e outras áreas remotas ainda não conectadas à rede, mas agora o governo quer privatizar até 80% da capacidade do equipamento, entregando-o às grandes multinacionais de telecomunicações, lideradas pela Vivo, Tim, Claro e Oi.

Para Marcio Patusco, conselheiro do Clube de Engenharia e subchefe da Divisão Técnica de Eletrônica e Tecnologia da Informação (DETI), esse movimento está ligado a um histórico de desnacionalização da economia no Brasil. O engenheiro foi um dos palestrantes do 3º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC), realizado na Universidade de Brasília (UnB) em 27 e 28 de maio. “É importante trazer o histórico da desnacionalização, desde os anos de 1980, e as consequências para a indústria, serviços de telecomunicações e soberania nacional”, diz ele.

Onda neoliberal

Patusco destaca três momentos importantes para entender o processo. O primeiro é o pós-golpe de 1964, com forte nacionalização, que criou estatais como Embratel e Telebras. O segundo é 1990, quando o governo Fernando Collor facilitou a entrada de capitais externos, abolindo a proteção ao



Acesso com qualidade à Internet é impactado com histórica política de desnacionalização nas telecomunicações.

nosso mercado. O terceiro é 1995, com o governo Fernando Henrique Cardoso e a onda neoliberal de privatizações em diferentes setores, como mineração, distribuição de gás e telecomunicações. Dados da consultoria KPMG dimensionam esse movimento como crescente até hoje: em 2004, por exemplo, foram 69 as empresas desnacionalizadas, número que subiu para 292 empresas em 2014. O resultado é uma diminuição acentuada da participação da indústria nacional no mercado interno.

Nas telecomunicações, a desnacionalização ganhou força com o leilão, em 1998, das empresas que formavam o sistema Telebras. A participação de empresas nacionais no setor caiu de 77% em 1988 para menos de 3% atualmente, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Deficiências no setor privado

Apesar da importante ampliação do mercado de telefonia após

a privatização, o setor privado falha no fornecimento de serviços de qualidade para a população. As operadoras Claro, Vivo e Tim, subsidiárias de empresas estrangeiras, ocuparam o topo do ranking de reclamações da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-SP) em 2016.

No fornecimento de Internet à população, serviço que tem se tornado cada vez mais essencial à sociedade, vemos a estagnação do avanço das conexões domiciliares (50% em 2014 e 51% em 2015). São evidentes, ainda, as disparidades sociais, regionais e econômicas (97% da classe A conectada e apenas 16% das classes D e E), segundo dados da pesquisa TIC Domicílios, do Comitê Gestor da Internet no Brasil. O Plano Nacional de Banda Larga (2010-2014), principal política pública federal para enfrentar essas disparidades, recebeu críticas pela baixa qualidade da Internet popular oferecida pelo programa, e por não ter cumprido metas.

Propostas

Marcio Patusco entende que urgem mudanças regulatórias para permitir melhores condições no provimento dos serviços de telecomunicações à população. “É necessário estabelecer uma política industrial e de incentivo à indústria nacional, envolvendo poder público e sociedade. A regulamentação de telecomunicações, proposta sem discussão pelo Legislativo através do PLC 79/2016, e a privatização do satélite da Telebras só irão agravar o quadro atual”, critica. O PLC 79/2016, caso aprovado, permitirá que o governo transforme as atuais concessões de telecomunicações, submetidas a várias obrigações legais, em autorizações, onde inexistem obrigações, por exemplo, para investimento em universalização de serviços.

“Os serviços prestados pelas empresas de telecomunicações privadas apresentam resultados insatisfatórios. É preciso estimular a participação dos pequenos provedores, além de determinar melhor controle dos parâmetros de qualidade dos serviços”, finaliza Patusco.

O conselheiro cobra, ainda, a correta aplicação dos fundos setoriais, há anos utilizados pelo governo federal para formar superávit primário, e a definição de metas que visem à diminuição das disparidades regionais e sociais na oferta dos serviços.

Leia mais: bit.ly/patusco



■ ENERGIA

Futuro incerto para a Eletrobras

Em momento de desvalorização na Bolsa de Valores, ativos da Eletrobras são colocados à venda e programas de demissão voluntária buscam diminuir o tamanho da maior empresa do setor no país. Por trás das decisões de governo, o embate entre a lógica de mercado e a lógica da estratégia nacional em busca da soberania

Programas de demissões voluntárias, abertura de capital e, finalmente, a venda de ativos e a privatização. O desmonte da Eletrobras está em curso, sob a pressão contrária de sindicatos e entidades da sociedade civil preocupadas com a soberania do país. Fundamental para o desenvolvimento, a universalização da distribuição de energia a preços módicos está ameaçada pela descaracterização da maior empresa estatal do setor, a Eletrobras.

Em novembro de 2016, o recém empossado governo Temer levou a cabo o leilão da CELG, que pertencia à Eletrobras (51%) e ao Governo de Goiás (49%). A compradora de uma das 10 maiores distribuidoras brasileiras foi a empresa italiana Enel, que já atua no país na distribuição de energia elétrica através da Enel Distribuição Rio – antiga Ampla – e Enel Distribuição Ceará – antiga Coelce.

O programa de privatização de subsidiárias da Eletrobras e venda

de ativos prevê a venda de outras distribuidoras: serão pelo menos mais sete, só em 2017, entre elas a Cepisa, no Piauí; Ceal, de Alagoas; Eletrobras Amazonas; Ceron, em Rondônia; Eletroacre, no Acre; e Bovesa, de Roraima. Mais ainda, a participação da Eletrobras em outras empresas também deverá ser colocada à venda.

Fundamental para o desenvolvimento, a universalização da distribuição de energia a preços módicos está ameaçada pela descaracterização da maior empresa estatal do setor.

A Eletrobras é hoje responsável pela distribuição plena no Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima e detém participação majoritária em distribuidoras em outros estados. A empresa também participa de projetos binacionais com Uruguai, Paraguai e Bolívia e é dona de metade da Itaipu Binacional, referência mundial de geração hidrelétrica.

Segundo Artur Obino, diretor técnico do Clube de Engenharia e ex-assessor da diretoria financeira da Eletrobras, no final de maio foi dado início a mais um Programa de Demissão Voluntária na empresa. “O objetivo é baixar de 24 mil funcionários para 17 mil. A autonomia das regionais também sofre mudanças. Todos os funcionários das 17 empresas do grupo terão que ser inscritos junto à holding”, relatou. Obino destaca, ainda, que embora o governo tenha declarado que apenas a distribuição seria impactada, a prática aponta o contrário. Em

maio a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) promoveu um leilão de transmissão, com 31 ativos arrematados. Foram 7.068 quilômetros de linhas de transmissão vendidos nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Além da venda de ativos e subsidiárias, a Eletrobras não participará dos leilões para a expansão do sistema elétrico brasileiro. “As Sociedades de Propósitos Especiais (SPEs) que construíram Santo Antônio e Girau, além de centenas de linhas de transmissão, estão à venda em um momento particularmente ruim, de baixa das ações da Eletrobras. E quem tem dinheiro hoje para comprar as SPEs são os chineses, que já são associados de 60% das linhas de transmissão, uma participação que deve aumentar com os novos leilões”, aponta o diretor.



Trabalhadores do setor elétrico protestam em frente ao palácio do Planalto em Brasília

Modelos de futuro

O desmonte e venda de partes relevantes da mais robusta empresa de geração e transmissão do país acontece em momento de uma reformulação do setor elétrico nacional. As discussões giram em torno da continuidade de investimentos em um sistema interligado, continental, ou a descentralização, mais voltada ao mercado. O primeiro vice-presidente do Clube de Engenharia,

Sebastião Soares, destaca que o Brasil é o único país do mundo com um sistema hidrelétrico interligado. “Graças a ele, nós não temos reserva de água. As represas são reservas de energia, uma vez que é possível alimentar uma ponta do país com o que é gerado na outra. Fazer um planejamento independente do sistema interligado é jogar fora o nosso diferencial”, explica Sebastião.

Os defensores do planejamento descentralizado – para atender a

demandas locais, deixando de lado o sistema interligado – argumentam com três fatores: investimentos menores, retorno mais rápido e novas tecnologias.

A ampliação do sistema interligado pressupõe, daqui em diante, grandes aproveitamentos como Belo Monte, Tapajós e os da bacia Tocantins-Araguaia. O investimento é maior e o retorno é mais lento. A importância do papel do Estado no setor é justamente essa, pois o valor

do investimento em hidrelétricas e linhas de transmissão é mais alto, continua o vice-presidente.

“O sistema interligado é estratégico porque energia é soberania, é desenvolvimento com autonomia. E o Brasil perde isso à medida que descentraliza a produção em ilhas geradoras e consumidoras de energia em todo o país”, alerta.

Geração distribuída: ampliação preocupa distribuidoras e pede regulamentação



Djalma Falcão: vantagens e problemas da geração distribuída de energia no Brasil.

O hábito de gerar e consumir energia autonomamente, principalmente de fonte solar fotovoltaica, vem crescendo no Brasil, o que preocupa as distribuidoras, que se veem perdendo clientes e tendo que adequar a rede. Para esclarecer o motivo do conflito e debater as soluções, o Clube de Engenharia, a Diretoria de Atividades Técnicas (DAT) e a Divisão Técnica de Energia (DEN) promoveram a palestra “Impactos dos Recursos Energéticos Distribuídos sobre o Setor de Distribuição”, com o professor da Coppe/UFRJ Djalma Falcão, em 1º de junho. Falcão é

Pesquisador Associado do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel/UFRJ).

Em maio deste ano, registrou-se a existência de 10.561 conexões de micro e minigeradores no país, atendendo 11.780 consumidores. O número corresponde a uma potência instalada de 114 MW. A ANEEL projeta crescimento da adesão ao modelo, de modo que em 2024 o Brasil pode ter um total de 886.700 consumidores.

A minigeração distribuída pode acontecer por fonte solar fotovoltaica, eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), central de geração hidrelétrica (CGHs) e biomassa, com potência de até 5 MW. Já a microgeração distribuída é de fonte exclusivamente fotovoltaica, de até 75 KW. O problema, para as distribuidoras, reside na possibilidade de um consumidor, um grupo de consumidores ou um empreendimento gerar a própria energia, tornando-se autossuficiente,

e ainda injetar energia excedente na rede local, tendo assim um crédito de consumo para os meses seguintes.

Distribuidoras alegam impacto financeiro

As empresas distribuidoras de energia alegam iminentes impactos técnicos da injeção de energia, em fluxo reverso, nas redes de distribuição, como desgastes dos equipamentos e necessidade de reajuste da proteção da estrutura.

Os impactos técnicos justificam os impactos econômico-financeiros, num fenômeno chamado de “Espiral da Morte”: o aumento da escolha pela geração distribuída causa redução da receita das distribuidoras e aumenta seus custos para adequação da rede, o que pode levar ao aumento de suas tarifas, justamente para os clientes não usuários da geração distribuída. Estes podem vir a se tornar novos usuários, o que gera um ciclo vicioso. As distribuidoras afirmam que isso pode levar a uma insolvência do

setor, o que não é um consenso na área de energia, com discordância marcante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSolar). As empresas estudam a possibilidade, portanto, de cobrar uma taxa específica aos consumidores da geração distribuída para armazenar a energia na rede. Para além das distribuidoras, o fenômeno também causa incertezas no Operador Nacional do Sistema (ONS), uma vez que a elevada penetração da Geração Distribuída é causa de imprevisibilidade em relação à demanda de energia da rede usual no curto prazo.

Na opinião de Djalma, o Brasil deve se preparar para os impactos, fazendo a devida regulamentação do setor de modo a reduzir os danos às distribuidoras. Ele também acredita que os efeitos vão depender da disciplina que venha a se impor ao consumidor, no caso com preço, incentivando o consumo em determinadas horas e desincentivando em outras.

Leia mais: bit.ly/energiadistribuida

A sociedade brasileira resiste às medidas de interesse exclusivo do mercado financeiro

Em todos os setores da sociedade brasileira os debates se sucedem e instituições se manifestam em órgãos de imprensa, redes sociais, blogs e vídeos em análises de conjuntura e artigos de opinião que buscam apontar soluções para o quadro de absoluta incerteza institucional que toma conta do país. O Clube de Engenharia tem sido incansável no combate às ameaças que pesam sobre suas bandeiras históricas: democracia, desenvolvimento e soberania. Outras vozes se levantam em uníssono permitindo que se diga que hoje o Brasil reúne forças para impedir que o retrocesso se instale de vez, com a proposta de criar o cenário necessário para a construção da grande Nação do século 21. Divulgamos a seguir o posicionamento de lideranças e setores que elevam suas vozes em defesa de um Brasil democrático e soberano.

Reformas da Previdência e Trabalhista

“Desde a Constituição de 1891, direitos sociais e trabalhistas foram mais e mais incorporados à legislação brasileira, culminando com a Constituição de 1988, que consagrou tais direitos, e responsabilidades, de todos os cidadãos que aqui são residentes. Todavia, o Governo Temer se dedica, desde a sua posse, ao desmonte do Estado, ao promover o congelamento dos gastos da União por 20 anos (PEC 55/2016), a lei da terceirização (Lei nº 13.429/2017), a reforma trabalhista (PLC nº 38/2017) e previdenciária (PEC 287/2016). É uma verdadeira avalanche que se abate sobre o povo brasileiro e que pretende eliminar direitos de cidadania há muito tempo adquiridos e que, se efetivada, representará retrocesso inadmissível que poderá conduzir o País a uma convulsão social. Impõe-se, assim, como exercício de cidadania, resistir a propostas que são de interesse único e exclusivo do mercado financeiro, o que nos remeterá ao passado longínquo de exportadores de produtos agrícolas e de minérios. É o que o Clube de Engenharia tem feito, ao se associar a iniciativas de entidades industriais, sindicais, da sociedade civil e da academia, para

que se dê um basta ao retrocesso que já está inclusive a abalar os alicerces da nossa democracia”.

Clube de Engenharia



“O sistema da Previdência Social possui uma intrínseca matriz ética. Ele é criado para a proteção social de pessoas que, por vários motivos, ficam expostas à vulnerabilidade social (idade, enfermidades, acidentes, maternidade...), particularmente as mais pobres. Nenhuma solução para equilibrar um possível déficit pode prescindir de valores éticos-sociais e solidários. Na justificativa da PEC 287/2016 não existe nenhuma referência a esses valores, reduzindo a Previdência a uma questão econômica. Buscando diminuir gastos previdenciários, a PEC 287/2016 “soluciona o problema”, excluindo da proteção social os que têm direito a benefícios e escolhe o caminho da exclusão social.”

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)



“A atual proposta de Reforma da Previdência não é democrática, nem republicana. Atinge a atual e futuras gerações, promovendo a retirada de direitos sociais fundamentais,

além de aumentar, de forma cruel, a desigualdade social. Nós queremos que os direitos fundamentais sociais sejam mantidos. Somos a favor de uma reforma transparente e com fundamentos técnicos. Que não é o caso dessa emenda. Não existem estudos que comprovem a origem do déficit”.

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ)



“A Previdência, a chamada reforma da Previdência, tem como objetivo o fim da Previdência pública e abertura desse campo para a iniciativa privada. E a redução dos custos das empresas, que deixarão de fazer sua contribuição previdenciária para os trabalhadores: seus funcionários que passem para planos privados de Previdência. Será o fim da Previdência pública. No caso da legislação trabalhista a questão da terceirização praticamente faz com que os trabalhadores voltem à situação anterior a 1930. Quando não havia horário de trabalho, quando não havia férias, quando não havia descanso remunerado”.

Samuel Pinheiro Guimarães



“Uma nuvem sombria paira sobre o horizonte dos brasileiros. Não

bastasse a Reforma da Previdência acabar com as perspectivas de aposentadoria da maior parte da população, a Reforma Trabalhista pretende tornar o caminho até lá ainda mais duro. O que está sendo proposto é uma completa alteração nas relações de trabalho, enfraquecendo direitos, asfixiando sindicatos e a justiça trabalhista, e permitindo a superexploração em todos os níveis de atividades. Por trás de argumentos nebulosos e omissões, o que a chamada Reforma Trabalhista revela são vestígios de uma sociedade escravocrata”.

Clovis Nascimento, presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge)



Desenvolvimento Econômico

“Eleito duas vezes por uma chapa de centro-esquerda, Michel Temer, adotou uma política rigorosamente de direita neoliberal. Mas é o presidente. Como disse Fernando Henrique, é isso que a gente tem aí. E isso que a gente tem aí tem produzido um desastre. Não toma absolutamente nenhuma iniciativa para acabar com a recessão brutal iniciada em janeiro de 2015. Quem quebrou não foi o governo nem

os bancos, mas as empresas, em consequência da taxa de câmbio apreciada entre 2007 e 2014. Começou com a própria Dilma, quando chamou Joaquim Levy para assumir a Fazenda e ele entrou em uma política violenta de ajuste fiscal. Confesso que errei aí porque, inicialmente, apoiiei”.

Ex-ministro Bresser-Pereira

“A demanda interna por bens é cada vez menos suprida por oferta de produção nacional, gerando crescentes déficits de balança comercial e de pagamentos. As taxas de juros, já exageradas e crescentes, inibem o consumo e penalizam os investimentos produtivos. O descompasso cambial, associado a uma estrutura tributária excessivamente complexa e regressiva, é fator que induz a uma desindustrialização precoce e perigosa. A criação de novos empregos e o aumento do valor real dos salários começam a ser ameaçados”.

Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE)

“Consideramos absurdas as tentativas de criminalização das atividades do BNDES, como Banco de Desenvolvimento, e a responsabilização pessoal dos funcionários, que realizaram e realizam suas funções dentro da legalidade, de acordo com suas atribuições, respeitando normas, ritos, processos de análise sempre validados por instâncias colegiadas e orientados pelos valores do BNDES: ética, espírito público, compromisso com o desenvolvimento e excelência. É a primeira vez nos 65 anos de

existência do BNDES que isso ocorre! Os funcionários estão naturalmente inseguros em realizar seu trabalho profissionalmente. Essa situação, se não for revertida, poderá trazer graves prejuízos à economia brasileira, pois, caso não contem com adequadas garantias e salvaguardas ao exercício de seu trabalho, os empregados poderão paralisar suas atividades”.

Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES)

Nenhum Direito a Menos

“Temos que discutir reformas, e não contrarreformas, como está sendo feito nesse momento. Essas propostas dissolvem a ideia de Nação. Não podemos ter um povo sem direitos. Como um povo sem direitos pode ter ideia de Nação? A participação popular é fundamental na construção de um projeto de Nação. Nossa tarefa é participar e contribuir para a discussão da organização política e social do nosso povo, ter um programa e levar o programa adiante, em defesa da democracia e da soberania popular. A nossa oligarquia não tem o menor interesse no povo. Não é uma travessia tranquila, fácil, mas teremos que construí-la com muita vontade, muito empenho e muita dor também”.

Olímpio Alves dos Santos, presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ).

“A UERJ está vivenciando a pior crise de toda a sua história ao longo dos seus 66 anos. Temos tido apoios de pessoas e de instituições, dentro e fora de nosso país. Mas sofremos

com críticas que se limitam a ver a Universidade como algo muito custoso, apontando inclusive para o crescimento orçamentário sem uma análise mais profunda. A UERJ cresceu nos últimos dez anos com o cuidado devido e consciente do seu papel na sociedade do estado do Rio de Janeiro. (...) Em todos os rankings internacionais que também avaliam as universidades brasileiras estamos sempre entre as dez melhores do país. No ranking denominado Fast Globe University, em 2016, somos a quinta universidade brasileira e a 11ª em toda a América Latina. Somos a oitava universidade brasileira na inserção de nossos graduados no mercado de trabalho”.

Ruy Garcia Marques, reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Indústria Nacional e Conteúdo Local

“No Brasil vemos as autoridades do governo federal e seus porta-vozes da grande mídia repetirem mentiras sobre a Petrobras. Mas elas não se sustentam e o tempo revela que são falsas. O mito da “Petrobras quebrada” está sendo revelado, outros mitos serão criados para justificar a privatização da estatal e a alienação do petróleo, em favor de poucos, das multinacionais do petróleo, dos bancos e de seus lacaios. Brasileiros conscientes e patriotas precisam se organizar para defender o maior patrimônio nacional: o petróleo do pré-sal e a Petrobras”.

Felipe Coutinho, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET)

“Precisamos decidir se queremos ser uma Nigéria, uma Venezuela, ou uma Inglaterra, uma Noruega. Os dois últimos, quando descobriram petróleo no Mar do Norte, deram força às suas empresas, criaram políticas de conteúdo local. As indústrias e os países se fortaleceram, com aumento do emprego e da renda, e hoje investem no Brasil. Na Nigéria e na Venezuela, que não têm exigências de conteúdo local, tudo vem de fora. A recuperação só vai acontecer através da indústria, é ela que vai puxar. O setor de fabricação de cimento está com 50% de ociosidade, a siderurgia com 50%, a produção de caminhões com 80% e bens de capital com 50%. Onde é que vamos parar?”

João Marchesan, presidente da Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq)

“Aguardamos quase trinta anos para ver se as empresas privadas construíam uma refinaria no Brasil. Nunca construíram. O primeiro poço que confirmou a existência do Pré-Sal custou ao Brasil 200 milhões de dólares. Nenhuma empresa privada faria esse investimento. Então não é nenhum exagero de petroleiro dizer que sem a Petrobras e o Estado brasileiro o nosso povo não teria o Pré-Sal. E o Pré-Sal, certamente, é o maior bem natural que nós temos na atualidade. E como se estrutura uma nação a partir de um recurso natural? Com planejamento da sociedade através do Estado”.

João Antonio de Moraes, Secretário de Relações Internacionais da Federação Única dos Petroleiros (FUP)

■ ELEIÇÕES

Calendário das Eleições para a renovação do terço do Conselho Diretor - Triênio 2017/2020

MÊS	DIA	HORA	ASSUNTO
JUNHO	14 - (4ª feira)	até 20h	Prazo final para registro de candidaturas para renovação do Terço do Conselho Diretor (Art. VII-4 do Regimento Interno)
	19 e 20 - (2ª e 3ª feira)		Verificação dos pedidos de registro pelas Diretorias Institucionais e Financeiras (Art. VII-5 do Regimento Interno)
	20 - (3ª feira)		Envio de comunicação por escrito aos representantes das Chapas com irregularidades observadas (Art. VII-6 do Regimento Interno)
	21 e 22 - (4ª e 5ª feira)		Regularização dos Pedidos de Registro das Chapas (Art. VII-6 do Regimento Interno)
	22 - (5ª feira)	20h	Encerramento do prazo para regularização do pedido de registro de Chapas (Art. VII-6 do Regimento Interno)
	23 - (6ª feira)	17h	Realização de reunião com as Chapas para atendimento do Regimento Interno. Realização de sorteios (Art. VII-10, VII-11 e VII-12 do Regimento Interno)
	26 - (2ª feira)		Entrega das salas aos representantes de Chapa
JULHO	03 - (2ª feira)		Início da fixação das propagandas nas dependências do Clube de Engenharia
	10 - (2ª feira)	até 20h	Último prazo para manifestação das chapas que desejam enviar correspondência para associados do interior. (Art. VII-13 § Único do Regimento Interno)
	10 - (2ª feira)	18h	Comunicação ao Conselho Diretor das Chapas registradas e da Ordem das mesmas nas cédulas únicas, conf. sorteio realizado em 23 de junho.
	14 - (6ª feira)	até 20h	Recebimento dos Programas de Ação de cada Chapa para registro (Art. VII-4 do Regimento Interno)
			Início da inserção de propaganda no "site" do Clube (Art. VII-15 do Regimento Interno.)
			Encaminhamento para recepção pela Diretoria Atividades Institucionais do material de promoção das Chapas a ser enviados aos associados residentes fora do Grande Rio e pelo "site" do C.E. (Art. VII-13 § Único e VII-15 do Regimento Interno)
20 - (5ª feira)	18h	Entrega do material de promoção de cada Chapa a ser publicado no Jornal do Clube (Art. VII-9 do Regimento Interno)	
28 - (6ª feira)		Conferência do material a ser enviado para associados fora do Grande Rio	
AGOSTO	21 - (2ª feira)	18h	Último dia para envio do material para associados fora do Grande Rio (Art. VII-30 do Regimento Interno)
	23 - (4ª feira)	18h	Encerramento da lista dos votos recebidos por correspondência dos associados residentes fora do Grande Rio e nos Estados.(Art. VII-32 do Regimento Interno)
	23 - (4ª feira)	11h	Abertura da Assembleia Geral Ordinária
	23 - (4ª feira)	12h	Início do 1º dia de votação
	23 - (4ª feira)	20h	Término do 1º dia de votação
	24 - (5ª feira)	12h	Início do 2º dia de votação
	24 - (5ª feira)	20h	Término do 2º dia de votação
	25 - (6ª feira)	12h	Início do 3º dia de votação
25 - (6ª feira)	20h	Término do 3º dia de votação	
25 - (6ª feira)	20h30	Início da apuração	
SETEMBRO	11 - (2ª feira)	18h	Assembleia Geral Solene para posse dos eleitos para o Terço do Conselho Diretor.

Estatuto

Art. 50 – Quorum – 10% (dez por cento de Associados Efetivos quites em 31 de julho do ano em que a eleição se realiza.

Art. 51 – Candidatos – Associados Efetivos quites, que tenham tido a admissão aprovada pelo menos 1 (um) ano antes da data da Assembleia de eleição. – até 23/08/2016. Matrícula – 38.520

Eleitores – Que tenham tido sua admissão aprovada pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes da data da realização da referida Assembleia. – até 25/04/2017 – Matrícula – 39.070

Encontro democrático

O Clube de Engenharia realiza, de 23 a 25 de agosto, de 12h às 20h, eleições para a renovação do terço de seu Conselho Diretor – Triênio 2017/2020. A abertura da Assembleia Geral Ordinária, às 11h do dia 23, quarta-feira, dará início ao pleito, cujo processo eleitoral teve início em 14 de abril, em reunião do Conselho Diretor. Na ocasião foi aprovado o calendário das eleições, com a apresentação dos números de inscrição dos associados em condições de votar e dos associados em condições de se apresentarem como candidatos. O prazo final para o registro de candidaturas foi 14 de junho.

Em reunião do Conselho Diretor, dia 12 de junho, a Diretora de Atividades Institucionais e coordenadora do processo eleitoral Maria Glícia da Nóbrega Coutinho, convocou os presentes a participarem das eleições com os olhos voltados para o futuro do país e para a plataforma de ações que o Clube vem defendendo: “Não só pelo significado da renovação do Conselho Diretor, mas também tendo em vista o momento que todos estamos vivendo no país. A plataforma de ações do Clube hoje tem três pilares: defesa da cidadania nacional; defesa da engenharia brasileira e do desenvolvimento socioeconômico, com inclusão social. É muito importante que os candidatos estejam comprometidos com essas causas para reforçar cada vez mais as nossas ações. O momento exige um Conselho forte. Para isso precisamos de ampla representatividade, a mais ampla possível”, afirmou.

■ INSTITUCIONAL

Academia Nacional de Engenharia em destaque

Uma das mais respeitadas entidades da engenharia brasileira, a Academia Nacional de Engenharia (ANE) foi homenageada, em 25 de maio, durante o tradicional almoço mensal de confraternização do Clube de Engenharia. No encontro, Francis Bogossian, ex-presidente do Clube e presidente recém-eleito da ANE, recebeu, em nome da entidade, placa de reconhecimento aos inestimáveis serviços prestados à engenharia e ao Brasil.

O presidente Pedro Celestino destacou que, com abrangência nacional e reunindo os grandes nomes das engenharias, a entidade tem todas as condições necessárias para ocupar papel relevante na representação do setor, zelando pela “qualidade da engenharia e princípios éticos que regem a atividade humana e, em particular, a profissão”. Nos agradecimentos, Francis deu ênfase à ligação histórica e às bandeiras comuns defendidas pelo Clube e pela ANE, com relevantes papéis na construção



Francis Bogossian destacou a importância de unir forças para que as entidades nacionais participem dos debates sobre a retomada do desenvolvimento.

de um Brasil melhor. “Precisamos articular a união de forças para retomar o desenvolvimento nacional. O governo brasileiro, seja ele qual for, não pode prescindir de entidades nacionais para elaborar o programa de restabelecimento e retomada do desenvolvimento”, afirmou.

A mesa da homenagem à ANE, além do presidente Pedro Celestino e de

Francis Bogossian, foi composta por Sebastião Soares, 1º vice-presidente do Clube; Flávio Miguez de Mello, vice-presidente da ANE; os ex-presidentes do Clube Raymundo de Oliveira, Hildebrando de Araújo Goes, Heloi Moreira, Renato de Almeida e pelo conselheiro vitalício do Clube, Sérgio Augusto de Moraes, também homenageado pela comemoração dos seus 80 anos.

Entre conselheiros, diretores, associados e convidados, estiveram presentes, além do presidente e vice-presidente da ANE, os diretores Edival Ponciano de Carvalho e Nelson Martins; os conselheiros Sandoval Carneiro Junior e José Eduardo Moreira e os membros da Academia: Guilherme Estrella, Bruno Contarine, Wiltold Lepecki, Jerzy Lepecki, Aché Mossé, Segen Farid e Walter Arno Mannheimer.

Aniversariantes do mês: Alexandre de Almeida Braga, Aureo Salles, Fernando José Correa Lima Filho, Gilberto do Valle, João Cabral, José Alfredo Moura Borges, José Henrique de Oliveira Campos, Maria Alice Soares, Roberto Rossie, Rubin Diehl, Samuel Malafaia, Sergio Augusto de Moraes, Sirley Melo, Willian Paulo Maciel e Witold Lepecki.

Leia mais: bit.ly/almocoane

■ NOTÍCIAS DA SECRETARIA DE APOIO AO ESTUDANTE DE ENGENHARIA (SAE)

Grupo de Foguetes sobe ao pódio

O Grupo de Foguetes do Rio de Janeiro (GFRJ), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), conquistou o segundo lugar na categoria 1/2A do IV Festival Brasileiro de Minifoguetes, em Curitiba, no dia 29 de abril. Participaram do festival 39 equipes, de 11 estados brasileiros, reunindo cerca de 400 estudantes universitários e do ensino médio que competiram em nove categorias.

O GFRJ surgiu em 2015 e comemorou seu primeiro aniversário no Clube de Engenharia. Atualmente o grupo divide suas atividades entre pesquisa conceitual, oficinas em escolas públicas e confecção de foguetes. O apoio do Clube ao trabalho realizado pelo GFRJ acontece através da Secretaria de Apoio ao Estudante de Engenharia (SAE).

Leia mais: bit.ly/minifoguetes

Encontro de Estudantes de Engenharia

Com foco na formação e exercício profissional, além dos grandes temas nacionais, o 1º Encontro Fluminense de Estudantes de Engenharia irá acontecer nos dias 11 e 12 de agosto, no Clube de Engenharia. A iniciativa é da SAE em parceria com representantes do corpo estudantil de onze faculdades públicas e privadas no estado. “O evento precisa ser um espaço para discutirmos o que é engenharia no Brasil hoje, com um viés politizado

e responsável. Precisamos pensar qual o papel do engenheiro na sociedade”, afirmou Christian Brito, estudante de Engenharia Química da UFRJ e integrante da comissão organizadora. O evento será gratuito.

Leia mais: bit.ly/encontroestudantes

Acesse o site do evento: sequfrj.wixsite.com/encontroengrj



Museu do Amanhã: desafio para engenharia de estruturas

Alexandre Macieira Riottur



Museu do Amanhã tem arquitetura inovadora do espanhol Santiago Calatrava.

Inaugurado em 2015 pela Prefeitura do Rio em parceria com a iniciativa privada, o Museu do Amanhã trouxe grandes desafios para a engenharia civil. O projeto inovador do arquiteto espanhol Santiago Calatrava não

tinha paredes retas, dificultando a elaboração do modelo das estruturas de concreto que sustentam a estrutura metálica de cerca de 340 metros de comprimento. Para falar sobre isso, o Clube de Engenharia convidou para uma palestra, em 17 de maio, o engenheiro Júlio Timerman, vice-presidente da Associação Internacional de Pontes e Engenharia Estrutural e diretor-geral da Engeti Consultoria e Engenharia S/S Ltda, empresa responsável por esse âmbito da obra. Timerman conta que os softwares de mercado não estavam preparados para o projeto. “Tivemos de lançar a estrutura parede por parede, manualmente, em um processo de 40 dias”, explicou, reforçando a importância da engenharia de estruturas em projetos como esse. O evento foi organizado pelo Clube de Engenharia em parceria com o Instituto Brasileiro do Concreto (Ibracon) e a Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural (Abece). A promoção foi da Diretoria de Atividades Técnicas (DAT) e da Divisão Técnica de Estruturas (DES) do Clube.

Leia mais: bit.ly/concretomuseu

Burocracia e falta de recursos dificultam construção autogestionada de moradias

Uma modalidade específica do programa Minha Casa Minha Vida, chamada Entidades, promove a construção de habitações sociais em um tripé que envolve movimentos sociais, profissionais técnicos e futuros moradores. Sem buscar lucro, o modelo tornou-se uma forma de promover um olhar autogestionado para o programa.

“O mais importante é que os moradores tenham controle sobre o projeto, sobre a definição do terreno, sobre todas as decisões cruciais em relação ao empreendimento”, afirmou o arquiteto e urbanista Aduino Cardoso, na mesa-redonda “Produção de Moradia Social no Brasil: panorama recente, avaliação e ensinamentos”, promovida pelo Clube de Engenharia em 7 de junho. Para ele, viabiliza-se a construção de habitações com mais qualidade e complexidade, embora a burocracia faça com que a entrega se torne muito demorada. A arquiteta

Sandra Kokudai, que também participou do evento, apontou que a falta de recursos públicos para a concepção dos projetos, anterior à aprovação de financiamento pela Caixa Econômica Federal, dificulta que a modalidade se torne mais popular. O assessoramento de engenheiros, arquitetos e urbanistas também deveria, segundo ela, ser garantido como um direito às famílias. “A casa é o meio para trabalhar uma outra sociedade”, afirmou.

O evento foi promovido pela Diretoria de Atividades Técnicas (DAT) e Divisão Técnica de Engenharia Econômica (DEC), com apoio da Divisão Técnica de Urbanismo e Planejamento Regional (DUR) e Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas do Rio de Janeiro (ABEA-RJ).

Leia mais: bit.ly/mcmventidades

Tecnologias inéditas no túnel da Linha 4 do Metrô do Rio



Pedro Teodoro França: estratégias inovadoras de engenharia de túneis.

Atravessando uma região densamente povoada, com solo instável e presença de água, o túnel da Linha 4-Sul do Metrô do Rio, inaugurado em 2016, foi um projeto inovador. “A obra ganhou o Prêmio Internacional de Inovação Tecnológica da

Associação Internacional de Túneis e Espaços Subterrâneos”, informou o engenheiro Pedro Teodoro França, especialista em túneis e gerente do departamento de Escavações Subterrâneas da CJC Engenharia de Projetos. Ele participou da equipe de obras e explicou, em palestra no Clube de Engenharia em 25 de maio, que o “tatuzão”, como foi apelidada a tuneladora, expandiu o uso de modo EPB, mais estável, de escavação. Além disso, o método de chegada submersa à região do Jardim de Alah foi inédito no Brasil. A palestra foi promovida pela Diretoria de Atividades

Técnicas (DAT) e Divisão Técnica de Geotecnia (DTG) do Clube, em parceria com o núcleo Rio de Janeiro da Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica (ABMS) e o Comitê Brasileiro de Túneis (CBT). Apoiaram o evento a Divisão

Técnica de Construção (DCO) do Clube, o Comitê Brasileiro de Mecânica das Rochas (CBMR/ABMS) e a Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental (ABGE-Rio).

Leia mais: bit.ly/tunelmetro

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica

IMPORTANTE PARA VOCÊ, IMPORTANTE PARA O CLUBE DE ENGENHARIA

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica

Natureza:	Foto Gerador:	Tipo:
OBRA E SERVIÇO	AUTO LANÇAMENTO	PRINCIPAL
Nº:	Nº:	Nº da ART principal:

Contratado

Nome do Profissional:

Nome do Profissional:

É profissional responsável? Sim Não

É profissional empresa vinculada? Sim Não

Entidade de classe: CLUBE DE ENGENHARIA

Nº Reg. da Empresa no CREA:

E-mail empresa:

Seleção CLUBE no Portal do CREA ou antes o código 22 no campo de entidade de classe da sua ART.

ART

www.crea.org.br

Torres altas e esbeltas são desafio para a engenharia civil



Ronaldo Battista é especialista em dinâmica de estruturas.

Turbinas de energia eólica, torres de observação, edifícios e outras torres altas e esbeltas exigem cuidados especiais em seus projetos. “Os modelos de cálculo e procedimentos utilizados para projetos de estruturas sob ação das forças de vento são muito mais complexos do que os modelos simplificados”, afirmou Ronaldo Carvalho Battista, engenheiro civil e professor colaborador da Coppe/UFRJ, em

palestra no Clube de Engenharia em 3 de maio. São consideradas torres esbeltas aquelas com maior proporção entre altura e a seção da estrutura, tornando-as visivelmente altas e finas. Segundo o engenheiro, projetos do tipo devem respeitar as NBR 6123, que trata das forças devido aos ventos em edificações, e a parte 2 da ISO 2631, para maior conforto humano. A palestra “Projeto estrutural e estabilidade

aerodinâmica de torres de concreto de grande altura e esbeltez” foi promovida pela Divisão Técnica de Estruturas (DES) e a Diretoria de Atividades Técnicas (DAT), com apoio do Instituto Brasileiro de Concreto (Ibracon) e da Associação Brasileira de Engenharia e Consultoria Estrutural (Abece).

Leia mais: bit.ly/torresaltas

Água subterrânea pode melhorar o abastecimento no estado

O abastecimento de água no estado do Rio de Janeiro depende, em sua maior parte, de um único rio, o Paraíba do Sul. No dia 11 de maio, o Clube de Engenharia recebeu o presidente do Núcleo Rio de Janeiro da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS), Humberto de Albuquerque, para falar sobre alternativas a esse modelo. “A gestão dos recursos hídricos deve ser de uso múltiplo das águas, ou seja, superficiais, subterrâneas e meteóricas”, defendeu ele, criticando o esvaziamento de políticas para uso responsável das águas subterrâneas. “No estado do Rio de Janeiro temos 2.800mm de chuva anuais e seus

aquíferos são retroalimentados. Existe condição de abastecer comunidades rurais, agricultura familiar e para sustentação de muitas pessoas”, disse o especialista. “Preservar não é proibir o uso, e sim conseguir captar protegendo”. O evento foi promovido pela Diretoria de Atividades Técnicas (DAT) do Clube, em parceria com as Divisões Técnica de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS), Engenharia do Ambiente (DEA), Recursos Naturais Renováveis (DRNR) e Recursos Minerais (DRM).

Leia mais: bit.ly/aguasubterranea

Tecnologia de revestimento, poliureia requer cuidados na aplicação

Surgida no final dos anos 1980, a poliureia é um polímero orgânico muito utilizado no revestimento e impermeabilização de superfícies, como pisos de fábricas, estacionamentos e aquários. O sucesso na sua aplicação, no entanto, depende de um rigoroso trabalho profissional. Foi o que defendeu o engenheiro químico Fernando Costa, que apresentou no Clube de Engenharia, em 31 de maio, a palestra “A Tecnologia de Poliureia nua e crua”.

Costa explicou que as principais vantagens do polímero são a resistência à umidade, temperatura e raios ultravioleta, além de

elasticidade. Além disso, segundo o engenheiro o tratamento da superfície para receber o produto é essencial: a má execução dessa etapa é a principal causa de insatisfação com a tecnologia. Em pouco tempo, o revestimento pode começar a se soltar, criando fissuras, infiltração e bolhas ou furos.

O evento foi promovido pela Diretoria de Atividades Técnicas (DAT), Divisão Técnica de Estruturas (DES) e Associação das Empresas de Impermeabilização do Estado do Rio de Janeiro (AEI).

Leia mais: bit.ly/vantagenspoliureia

DIRETORES DE ATIVIDADES TÉCNICAS: Artur Obino Neto; Carlos Antonio Rodrigues Ferreira; João Fernando Guimarães Tourinho; Márcio Patusco Lana Lobo

DIVISÕES TÉCNICAS ESPECIALIZADAS

CIÊNCIA E TECNOLOGIA (DCTEC): *Chefe*: Ricardo Khichfy; *Subchefe*: Clovis Augusto Nery | CONSTRUÇÃO (DCO): *Chefe*: Luiz Carneiro de Oliveira; *Subchefe*: Manoel Lapa e Silva | ELETRÔNICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DETI): *Chefe*: Jorge Eduardo da Silva Tavares; *Subchefe*: Márcio Patusco Lana Lobo | ENERGIA (DEN): *Chefe*: Mariano de Oliveira Moreira; *Subchefe*: Marco Aurelio Lemos Latgè | ENGENHARIA DE SEGURANÇA (DSG): *Chefe*: Estellito Rangel Junior; *Subchefe*: Aloisio Celso de Araujo | ENGENHARIA DO AMBIENTE (DEA): *Chefe*: Paulo Murat de Sousa; *Subchefe*: Anibal Pereira de Azevedo | ENGENHARIA ECONÔMICA (DEC): *Chefe*: Katia Maria Farah Arruda; *Subchefe*: Francisco Antonio Viana de Carvalho | ENGENHARIA INDUSTRIAL (DEI): *Chefe*: Nilo Ruy Correa; *Subchefe*: Newton Tadachi Takashina | ENGENHARIA QUÍMICA (DTEQ): *Chefe*: Maria Alice Ibañez Duarte; *Subchefe*: Simon Rosental | ESTRUTURAS (DES): *Chefe*: Antero Jorge Parahyba; *Subchefe*: Roberto Possollo Jerman | EXERCÍCIO PROFISSIONAL (DEP): *Chefe*: Jorge Luiz Bitencourt da Rocha; *Subchefe*: Fatima Sobral Fernandes | FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO (DFE): *Chefe*: Fernando Jose Correa Lima Filho; *Subchefe*: Mathusalecio Padilha | GEOTECNIA (DTG): *Chefe*: Manuel de Almeida Martins; *Subchefe*: Ian Schumann Marques Martins | MANUTENÇÃO (DMA): *Chefe*: Ivanildo da Silva; *Subchefe*: Itamar Marques da Silva Junior | PETRÓLEO E GÁS (DPG): *Chefe*: Paulo Cesar Smith Metri; *Subchefe*: Fernando Leite Siqueira | RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO (DRHS): *Chefe*: Ibá dos Santos Silva; *Subchefe*: José Stelberto Porto Soares | RECURSOS MINERAIS (DRM): *Chefe*: Ana Maria Netto; *Subchefe*: Pedro Henrique Vieira Garcia | RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (DRNR): *Chefe*: Jorge Luiz Paes Rios; *Subchefe*: Gerson Luiz Soriano Lerner | TRANSPORTE E LOGÍSTICA (DTRL): *Chefe*: Uiana Martins de Carvalho; *Subchefe*: Fernando Luiz Cumplido Mac Dowell | URBANISMO E PLANEJAMENTO REGIONAL (DUR): *Chefe*: Duaia Vargas da Silveira; *Subchefe*: Affonso Augusto Canedo Netto

■ DIREITOS

Confea revalida decisões que discriminam geólogos

Duas propostas, anteriormente barradas, restringem direitos dos profissionais entre eles o de serem eleitos conselheiros federais. Estamos falando de 11.500 geólogos ou engenheiros geólogos com registro no Conselho



Geólogo Ricardo Latgé: direitos iguais

O plenário do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) aprovou, em 26 de abril último, decisão que revalidou duas ações do conselho, de 2015, que limitavam a participação de geólogos no sistema. A PL 1426/2015 retirou dos geólogos o direito de receber título de Engenheiro de Segurança do Trabalho quando de especialização na área. Já a PL 2036/2015 indeferiu as candidaturas de dois geólogos como conselheiros federais representando o Rio Grande do Sul. Ambas as deliberações haviam sido revogadas pelo plenário do Confea em março deste ano, mas agora estão revalidadas com a PL 0687.

Para o geólogo Ricardo Latgé, as decisões restringem direitos dos geólogos ou engenheiros geólogos dentro do Sistema Confea/Crea. Ele lembra que resoluções e até leis anteriores trataram os profissionais como iguais no Sistema, possuindo os mesmos direitos de outras categorias, como engenheiros. “A Resolução 348, de 1990, por exemplo, dispõe sobre a composição do plenário do Confea e reconhece o geólogo como pertencente ao Grupo da Engenharia, na Modalidade Industrial”, afirma ele. Já a Lei nº 4076, de 1962, regula o exercício da profissão de geólogo e os vincula, junto com os engenheiros geólogos, ao Sistema Confea. Atualmente são cerca de 11.500 os geólogos ou engenheiros geólogos com registro no Conselho.

Insegurança jurídica

Em 19 de maio, a Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Geologia e Minas (CCEGM) do Confea decidiu entrar com uma proposta, na Comissão de Ética e Exercício Profissional (CEEP), para barrar a decisão de revalidar as ações discriminatórias. O documento foi proposto por Latgé e seguiu para avaliação da Comissão de Ética.

A PL 2036/2015, agora revalidada, barrou a candidatura de Pablo Souto Palma como titular e de Luciano

Valério Lopes Soares como suplente para o cargo de Conselheiro Federal no Confea representando os Grupos Profissionais pelo estado do Rio Grande do Sul. “Mesmo não explicitamente, a PL 687/2017 acaba por promover insegurança jurídica quanto ao direito de representação e decisões dos geólogos na condição de conselheiro regionais. Como pode um geólogo ser conselheiro regional, coordenador de câmara e não poder ser conselheiro federal?”, questiona o documento encaminhado à Comissão de Ética.

Na ocasião, Pablo Souto Palma havia recebido 82% dos votos dados pelos eleitores gaúchos, o que, para Ricardo Latgé, mostra que não há preconceito das demais categorias profissionais quanto à capacidade e legitimidade dos geólogos de representá-los. A decisão discriminatória havia sido revertida pela Justiça em primeira instância, levando o Plenário do Confea a fazer o mesmo em março deste ano.

Decisão política

Fábio Reis, presidente da Federação Brasileira de Geólogos (Febrageo), afirma que a decisão do Confea é arbitrária e antidemocrática. “A Febrageo se revolta contra essa visão distorcida sobre a importância dos geólogos no Sistema. Foram

desrespeitadas resoluções anteriores e inclusive a Lei federal de 1962. É uma ação casuística, de fundo político, tomada por um plenário que, inclusive, não respeita as coordenadorias de câmaras que deveriam servir como órgãos colegiados de assessoramento de decisões como essa”, critica ele. “Além disso, a decisão abre precedente para retirada de direitos de representação de outras categorias, como profissionais tecnólogos, meteorologistas e geógrafos”, afirma o presidente da Febrageo.

“A decisão do Plenário do Confea mostra-se um salto para trás, de certa forma constrangedor, por seu caráter retrógrado e corporativista”, criticou o geólogo Guilherme Estrella, conselheiro do Clube de Engenharia e ex-diretor da área de Exploração e Produção da Petrobras. “Não há como pensar num sistema tecnológico de qualquer país que se quer soberano e justo não integrar, num mesmo sistema, com os mesmos direitos, os que geram informações sobre localização e melhor aproveitamento de riquezas e particularidades naturais e territoriais, aos que irão transformar estes conhecimentos em produtos para a sociedade”, afirma Estrella.



Clube de Engenharia

Fundado em 24 de dezembro de 1880

comunicacao@clubedeengenharia.org.br
atendimento@clubedeengenharia.org.br
www.clubedeengenharia.org.br

SEDE SOCIAL

Edifício Edison Passos - Av. Rio Branco, 124
CEP 20040-001 - Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2178-9200 Fax: (21) 2178-9237

UNIDADE ZONA OESTE

Estrada da Ilha, 241
Ilha de Guaratiba
Telefax: 2410-7099